

John Charles Chasteen

América Latina

UMA HISTÓRIA DE SANGUE E FOGO



NEOCOLONIALISMO



"A NOVA TURMA DE TIO SAM NA ARTE DO AUTOGOVERNO". Esta charge (que apareceu na revista norte-americana *Harper's Weekly*, em 1898) exemplifica a noção neocolonial de que só povos de herança européia tinham capacidade para se governar. Dois cubanos negros que lutam pela independência brigam como meninos, enquanto o grande lutador pela independência filipina Emilio Aguinaldo usa um chapéu de bobó. Tio Sam, que acaba de "libertar" esses meninos mal-comportados da Espanha em 1898, faz bem (segundo o cartunista) em bater neles.

O plano liberal para tornar a América Latina como a Europa ou os Estados Unidos teve sucesso parcial. Mas o "Progresso" se manifestou diferentemente na América Latina. Ocorreram mudanças verdadeiras e maciças, que afetaram as vidas de todos, ricos e pobres, urbanos e rurais. As grandes cidades latino-americanas perderam as pedras de cantaria coloniais, as paredes de emboço branco e os telhados de telhas vermelhas, tornando-se metrópoles modernas, comparáveis aos gigantes urbanos de qualquer parte. Bondes sacolejavam, telefones tilintavam e filmes mudos tremeluziam de Montevideú e Santiago à Cidade do México e Havana. As ferrovias multiplicaram-se fabulosamente, assim como as exportações de açúcar, café, cobre, cereais, nitrato, estanho, cacau, borracha, bananas, carne, lã e tabaco. As instalações portuárias totalmente inadequadas de Buenos Aires e outras partes foram substituídas.

Os proprietários rurais e a classe média urbana prosperaram, mas a vida da maioria rural latino-americana melhorou pouco, se é que melhorou. Pelo contrário, o capitalismo agrário devastou o interior e destruiu modos de vida tradicionais, empobrecendo a população rural espiritual e materialmente. E o Progresso trouxe uma nova espécie de imperialismo da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Os mesmos países que serviram de modelo para o Progresso da América Latina ajudaram a estabelecê-lo ali e, às vezes, foram seus praticantes diretos. A influência estrangeira foi tão disseminada e poderosa que os historiadores latino-americanos chamam os anos de 1880 a 1930 de seu período *neocolonial*.

Apesar das muitas transformações, nem a relação de subordinação da América Latina aos países europeus, nem sua hierarquia social básica, criada pela colonização, haviam mudado. As relações hierárquicas de raça e classe, em que aqueles no topo derivam prestígio e vantagem decisivos de suas relações com o exterior, permaneceram a norma. Se antes espanhóis e portugueses peninsulares desembarcavam com seus ares irritantes de superioridade e suas nomeações reais firmemente na mão, agora era um *míster* de língua inglesa que chegava com ares semelhantes de superioridade e somas vultosas para emprestar ou investir em bancos, ferrovias ou instalações portuárias. Seja em 1790 ou em 1890, a elite latino-americana reagia mostrando-se humilde e festejando seus hóspedes. Em última instância, o próprio status e prosperidade das “pessoas respeitáveis” estavam associados aos forasteiros e eles sabiam disso. Noventa por cento de sua riqueza advinha do que vendiam nos mercados europeus e norte-americanos, e suas próprias pretensões sociais, seu próprio ar de superioridade em casa, advinham da tez portuguesa, dos cristais austríacos, da familiaridade dos filhos com Paris. O neocolonialismo, além de uma relação entre países, também era um fenômeno interno, e familiar, na América Latina.

O GRANDE SURTO DE EXPORTAÇÕES

A elite e a classe média latino-americanas tinham muito a ganhar com o Progresso. Acima de tudo, elas lucraram com o grande surto de exportações: mais de meio século de crescimento econômico rápido e sustentado, nunca igualado na América Latina antes ou depois. Por exemplo, as exportações mexicanas, que ainda incluíam a prata, junto com açúcar, café e fibras, dobrou e depois voltou a dobrar no final do século XIX. Na verdade, o valor total do comércio mexicano cresceu 900 por cento entre 1877 e 1910. No início do século XX, o Brasil produzia dois terços do café bebido no mundo inteiro. O café dominava agora totalmente as exportações brasileiras. Cuba dependia ainda mais de sua cultura única, mas que cultura! A produção cubana de açúcar atingiu espantosas cinco milhões de toneladas em 1929. Depois havia a saga da produção mineradora chilena — nitratos, cobre, ferro — no valor de centenas de milhões de dólares em 1929. E assim por diante. O maior prodígio de todos era a Argentina. Esse país exportou 21 toneladas de trigo em 1876 e mais de mil vezes essa quantidade em 1900. E as exportações do país continuaram crescendo rapidamente até a década de 1920.

Da Guatemala (café) e Honduras (bananas) ao Equador (cacau) e Bolívia (estanho), todos os países menores da América Latina tiveram

suas próprias versões do grande surto de exportações de 1870 a 1930. A extensão de vias férreas na região — essenciais ao surto, porque as ferrovias foram construídas basicamente para transportar exportações — subiu de 3.200 quilômetros para 95.000 quilômetros entre 1870 e 1900.

Os beneficiários diretos dessa fartura de exportações foram os proprietários rurais, cujas terras valorizaram-se tremendamente com a aproximação das ferrovias. Outra beneficiária foi a classe média urbana — profissionais liberais, comerciantes e empregados de escritórios — que desempenhava funções secundárias na economia de importação e exportação. Para essas pessoas, o Progresso abriu horizontes culturais e trouxe enriquecimento material. Mesmo assim, elas constituíam apenas uma fração minúscula da população latino-americana. A classe média cresceu rapidamente entre 1880 e 1930, mas mesmo a classe média argentina, talvez a maior da região em 1930, representava somente um quarto a um terço da população. A sociedade mexicana era mais típica da América Latina. Em 1900, cerca de um milhão de mexicanos de classe média trabalhavam em escritórios, andavam de bicicleta e ouviam o *ragtime* norte-americano. Uma pequena classe trabalhadora — um terço de milhão de cozinheiras, lavadeiras, sapateiros, policiais etc. — compreendia o resto da população urbana. Mas oito milhões de camponeses, a maioria de herança indígena, suavam sob um sol causticante para produzir os produtos agrícolas do México, felizes se tivessem uma única muda de roupa. Graças ao Progresso, sua sorte estava na verdade piorando.

A chegada da ferrovia beneficiou os donos de grandes propriedades, aumentando o valor das terras. Mas ela também impeliu muitos camponeses para fora da terra, permitindo aos proprietários estender seus domínios, fazendo dos camponeses sem-terra seus empregados e multiplicar seus lucros. Apesar da abolição oficial da propriedade comunal em meados do século XIX, muitos aldeões indígenas conseguiram manter-se em suas terras nas décadas de 1860 e 1870. Mas agora parecia que, sempre que os trilhos se expandiam e abriam um caminho para as locomotivas passarem, espalhando vapor e fumaça, os camponeses perdiam suas terras para gananciosos proprietários de *haciendas*, que podiam executar uma hipoteca ou subornar um juiz. Embora o México continuasse um país fortemente rural em 1910, somente três por cento da população possuía terras. A maioria dos mexicanos rurais vivia e trabalhava como peões em grandes *haciendas*, algumas de extensão impressionante. Tomando um exemplo extremo, mas ilustrativo, apenas três famílias possuíam um terço do estado mexicano de Colima.

Os povos indígenas dos Andes também perderam suas terras no período neocolonial. Em geral, os camponeses sem-terra da América Lati-

na, que durante séculos haviam plantado sua própria comida e suprido suas próprias necessidades como agricultores de subsistência, já não tinham onde plantar suas batatas, mandiocas, milho e feijões. O lucro das exportações induzia os proprietários de *haciendas* e plantações a adquirir cada vez mais terras. Eles compravam terras que haviam sido propriedades públicas e expulsavam as famílias que moravam lá sem escritura, às vezes por gerações. Como eles faziam seus trabalhadores residentes labutar de sol a sol e plantavam a maior parte da área com culturas de exportação, restava aos trabalhadores cada vez menos tempo e espaço para cultivar a própria comida. Os trabalhadores muitas vezes recebiam salários baixos demais para sustentar uma família. Para reforçar o orçamento, mulheres e crianças, que antes permaneciam perto de casa, cozinhando, costurando e cuidando das galinhas e do quintal da família, agora tinham de se juntar às turmas que trabalhavam sob os olhos vigilantes de um capataz. E, como se tudo isso não bastasse, os proprietários rurais ávidos por mão-de-obra fizeram com que fossem promulgadas leis “antivadiagem” para ameaçar quem conseguisse viver sem salário. Assim, o grande surto de exportações enriqueceu os proprietários rurais à custa dos pobres do campo.

Na Argentina, grandes números de imigrantes italianos realizavam milagres na produção de trigo, mas somente em casos excepcionais conseguiam adquirir a própria terra. Que incentivo tinham os proprietários para vender as terras? Alguns imigrantes retornaram à Itália, mas a maioria foi para as cidades, especialmente Buenos Aires. Os valentes e extravagantes gaúchos também sumiram do interior, à medida que cercas de arame e raças de gado e carneiro inglesas sofisticadas transformaram o *pampa*. Em 1876, o primeiro navio-refrigerador levou carne argentina à Europa. O comércio de carne congelada mostrou-se muito mais rentável do que o comércio anterior de charque da época pré-refrigeração. Em 1900, havia centenas de navios-refrigeradores.

O café floresceu nos trópicos, criando várias espécies de paisagens neocoloniais. Na terra roxa de São Paulo, imigrantes italianos cultivaram o café após a abolição, porque os escravos libertos queriam distância das plantações. Para atrair imigrantes europeus para um serviço realizado pouco antes por escravos, os donos das plantações tinham de fazer concessões especiais, como permitir que os trabalhadores cultivassem suas próprias culturas nos espaços entre as fileiras de arbustos de café. Os trabalhadores rurais italianos de São Paulo tiveram um sucesso incomum em tirar proveito do surto de exportações. Mas, como os trabalhadores rurais imigrantes da Argentina, sua tendência era mudar-se para

a cidade. O café também crescia sob o sol tropical e no saudável ar de montanha da Colômbia, Venezuela, América Central e Caribe. Na Guatemala, El Salvador e sul do México, indígenas passaram a trabalhar em plantações de café cujos proprietários muitas vezes eram estrangeiros, mais comumente alemães. Embora costumasse ser uma cultura de grandes plantações (sempre prejudiciais aos trabalhadores rurais), o café também podia ser cultivado lucrativamente em fazendas familiares. Ele contribuiu para o surgimento de uma classe média rural nas áreas de planalto da Colômbia, Costa Rica e Porto Rico. O tabaco — como o café, uma cultura delicada, que prospera na produção em pequena escala — desempenhou um papel igualmente benéfico no Brasil e em Cuba.

Já a produção de açúcar e a mineração eram sempre operações maciças e industrializadas que dividiam as sociedades implacavelmente em ricos e pobres. No final do século XIX, grandes e reluzentes usinas de açúcar, com suas altas chaminés e estações ferroviárias, erguiam-se como monstros industriais em meio aos campos de cana do nordeste do Brasil, na costa peruana e no Caribe. Os donos das usinas de açúcar, como os senhores de engenho do século XVII, dominavam totalmente a economia rural e pela mesma razão. A moagem imediata e segura é crucial para a colheita de cana-de-açúcar. Os usineiros ditavam seu preço e aos agricultores não restava outra escolha senão aceitá-lo. Usinas no campo transformavam cortadores de cana em trabalhadores industriais. Os salários eram baixos e só eram recebidos durante parte do ano. Os cortadores de cana passavam parte do ano desempregados — o que os cubanos denominavam “o tempo morto”. A mineração no México, Peru, Bolívia e Chile constituía uma atividade de capital igualmente intensivo, explorada por poderosas empresas que empregavam milhares de trabalhadores com pouco poder de barganha. Devido à grande necessidade de capital, instalações como usinas para o açúcar cubano, poços para bombear o petróleo mexicano e venezuelano ou minas profundas no altiplano andino costumavam ser de propriedade estrangeira. No Peru, o gigantesco e moderníssimo complexo minerador da Cerro de Pasco Copper Corporation norte-americana espalhava-se a 3.600 metros de altura, em meio a um aglomerado de minúsculas cabanas cor-de-terra habitadas pelos mineiros indígenas — algo como uma versão do século XX de Potosí.

Nas florestas úmidas da Amazônia, o neocolonialismo trouxe um apogeu da borracha. O látex da seringueira era uma matéria-prima consumida especialmente nos Estados Unidos para pneus de automóveis. Os seringueiros viviam isolados ao longo das margens dos rios nas

profundezas da bacia amazônica, extraindo látex de seringueiras. No Brasil, os seringueiros eram principalmente refugiados da seca do árido sertão nordestino. Nas áreas colombiana, equatoriana e peruana da bacia amazônica, muitos eram povos indígenas semi-sedentários, obrigados pelo terror ao trabalho assalariado que não precisavam nem queriam. Os seringueiros recebiam salários minúsculos, que mal davam para pagar a comida e os suprimentos vendidos pela empresa exploradora da borracha. Enquanto isso, o comércio da borracha gerava vastos lucros para os comerciantes internacionais e as empresas cujos barcos a vapor equipavam os trabalhadores e coletavam sua borracha em visitas periódicas. Em 1910, a borracha representava um quarto da receita de exportação brasileira. Os barões da borracha literalmente não sabiam onde gastar todo seu dinheiro. (Chegavam a enviar blusas a Paris para serem apropriadamente lavadas.) Em Manaus, a cidade brasileira 1.600 quilômetros rio acima, no meio da impenetrável floresta, os barões da borracha ergueram um teatro de ópera e contrataram astros internacionalmente aclamados para se apresentarem ali; eles chegaram a atrair o imortal tenor Enrico Caruso. Enquanto isso, o apogeu da borracha devastava os povos indígenas, com suas tribos dizimadas pelo álcool e por doenças. Mas na década de 1920, a borracha da Malásia definitivamente derrubou o preço da borracha amazônica. Os barões da borracha desceram o rio de vapor para nunca mais voltarem e os seringueiros procuraram outra forma de sobreviver. Somente a Ópera de Manaus permaneceu como uma lembrança silenciosa do Progresso.

As bananas foram um pesadelo neocolonial para os litorais cobertos de palmeiras do Caribe. Empresas de bananas norte-americanas floresceram ali nas décadas de 1880 e 1890, tornando-se corporações multinacionais — entre as primeiras do mundo. No início do século XX, várias se fundiram na United Fruit Company, um império de bananas operando na Costa Rica, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Colômbia e Venezuela. As empresas de bananas superavam de longe os governos de seus pequenos países hóspedes em poder econômico. A United Fruit transformou várias nações centro-americanas em “repúblicas de bananas”, mantendo sob seu controle governadores, ministros de gabinete e até presidentes. As empresas de bananas adquiriram milhões de acres para suas plantações, outros milhões para uso futuro e ainda outros milhões simplesmente para afastar uma eventual concorrência. Às vezes, construtores de ferrovias aproveitavam a terra entre trilhos (concedidas às empresas como um suculento incentivo) para iniciar plantações de bananas. Às vezes, as empresas de bananas instalavam seus próprios tri-

lhos. De qualquer maneira, o transporte rápido da delicada fruta era condição *sine qua non* para o negócio das bananas.

As empresas de bananas criaram cidades para seus funcionários, habitadas por gerentes, engenheiros e agrônomos norte-americanos e suas famílias, com miniaturas de bairros norte-americanos — casas avarandadas em gramados meticulosamente cuidados — praticamente isolados do país ao redor. Após entregarem bananas aos Estados Unidos, os navios das empresas retornavam com jornais, roupas, filmes, veículos e alimentos, permitindo que aqueles novos colonizadores vivessem como se nunca tivessem saído de casa. Esses *enclaves* de bananas isolados pouco contribuíam para o desenvolvimento de seus países hóspedes. Empresas como a United Fruit reservavam os cargos gerenciais para norte-americanos brancos e contratavam “nativos” para o trabalho com machetes. Governadores e ministros beneficiavam-se de relações cordiais com os executivos das empresas, é claro. Quem vendia terras às empresas de bananas também lucrava. As empresas também pagavam alguns impostos, sob condições invariavelmente favoráveis. E quando elas se retiravam, devido a uma praga nas bananas ou uma nova estratégia empresarial, tudo que essas instalações multinacionais deixavam eram ex-cortadores de bananeiras sem emprego, sem terra, sem educação e sem vários dedos.

Não espanta que a população rural migrasse para as cidades, à medida que o capitalismo agrário apoderava-se do campo. O fluxo ainda era discreto em 1900. A Cidade do México, atualmente uma das maiores cidades do planeta, possuía apenas 350 mil habitantes na virada do século. Bogotá e Lima não possuíam muito mais de cem mil. A América Latina inteira tinha uma população comparativamente pequena e predominantemente rural de cerca de 63 milhões nessa época. Mesmo assim, as cidades estavam crescendo constantemente e as que recebiam migrantes do campo e imigrantes europeus cresciam espetacularmente. Na queda de Rosas, em 1852, a cidade de Buenos Aires possuía cerca de cem mil habitantes. No final do período neocolonial, em torno de 1930, possuía dois milhões. Em 1900, já era a maior cidade da América Latina, com dois terços de milhão de habitantes. O Rio de Janeiro, que atraía imigrantes portugueses, italianos e espanhóis, era a segunda maior cidade da região, com pouco menos de meio milhão. Montevideú, Santiago, Havana e São Paulo vinham em seguida, com cerca de um quarto de milhão cada. Nessa época, praticamente todas as capitais da região ostentavam eletricidade, telefones e bondes. Buenos Aires, Cidade do México e Rio estavam construindo esplêndidas avenidas no modelo parisiense.

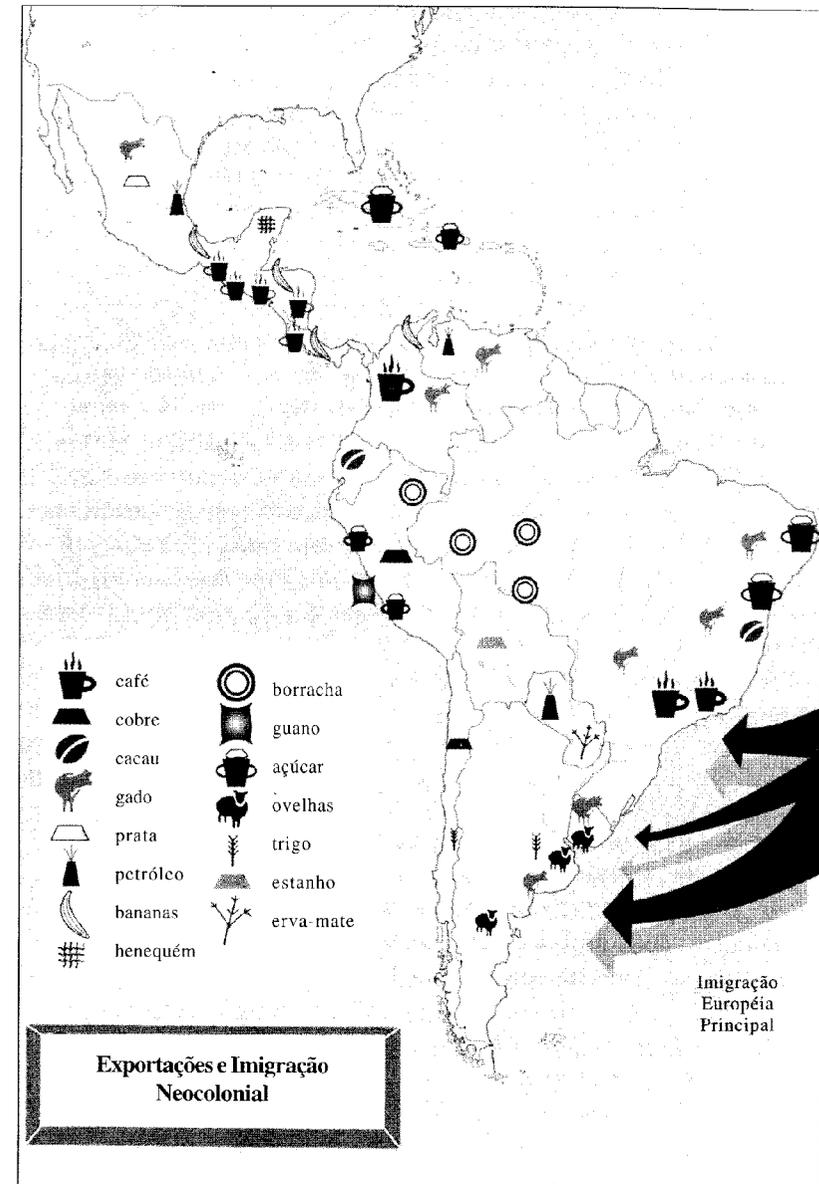
Excetuando as quatro ou cinco maiores, as cidades neocoloniais latino-americanas não eram locais de fábricas e chaminés. A industrialização chegaria mais tarde na maior parte da região. Pelo contrário, as capitais e cidades eram predominantemente centros comerciais, administrativos e de serviços. Agora elas fervilhavam enquanto famílias proprietárias rurais gastavam os lucros do surto de exportações.

O dinheiro das culturas, gado e minas comprava mansões, pianos, mobília cara, porcelanas, obras de arte e, finalmente, automóveis. Por toda a América Latina, as famílias proprietárias rurais começaram o século XX com uma sensação estimulante de novos horizontes culturais. Sua prosperidade permitiu que se mudassem gradualmente para as cidades, deixando a *hacienda* ou plantação sob a supervisão de um administrador contratado ou um primo do campo. Eles retornavam apenas ocasionalmente, para alguns dias de férias, provar iguarias do campo e assombrar seus fiéis empregados com histórias do Progresso urbano.

A educação tornou-se cada vez mais importante para os filhos e filhas das famílias de proprietários rurais urbanizadas. Alguns estudavam engenharia, arquitetura, agronomia e medicina, mas de longe o diploma preferido continuava sendo direito. De fato, a imagem comum do filho de proprietários rurais em 1900 é a do jovem doutor em direito, provavelmente destinado à política, em vez da prática legal. (Todos os graduados por universidades eram chamados respeitosamente de doutor.) A educação e a vida urbana andavam juntas. No campo, raramente se obtinha uma educação, mesmo primária. Assim, Argentina e Uruguai, os países mais urbanizados da América Latina, também exibiam os maiores índices de alfabetização. Em 1900, a maioria de seus habitantes sabia ler. No entanto, bem mais de metade da população da maioria dos países ainda era analfabeta. No Brasil, um país fortemente rural que carecia quase totalmente de escolas no interior, não mais de duas pessoas dentre dez sabiam ler.)

Durante esses anos, pessoas talentosas de herança racial mista continuaram gradualmente se infiltrando na classe média branca. Sendo a educação uma conveniência tão rara e prestigiosa, os latino-americanos fora da elite raramente a obtinham; mas quando obtinham, ela lhes abria portas.

Ocasionalmente, a pessoa que entrava pela porta era um gênio literário, como o romancista Joaquim Maria Machado de Assis, considerado até hoje o maior romancista brasileiro. Independentemente da atitude em relação à sua pele "café-com-leite", os brasileiros da elite expressavam uma admiração irrestrita por seu domínio da palavra escrita. A



mãe de Machado de Assis fora uma lavadeira. Ele foi subindo na vida primeiro como tipógrafo, depois como jornalista. Em 1897, Machado de Assis tornou-se presidente da prestigiosa Academia Brasileira de Letras, onde presidiu um grupo distinto (e bem branco) de poetas, estadistas e eruditos. Rubén Darío, criança-prodígio mestiça escura de uma pequena cidade da Nicarágua, foi outro latino-americano a se tornar universalmente respeitado pelo gênio literário. Mesmo em meio ao clima neocolonial geralmente racista, o respeito latino-americano pela arte, em especial a literatura, conferiu a homens como Darío e Machado de Assis um prestígio não atingido por nenhuma pessoa de cor naquela época nos Estados Unidos. Darío tornou-se um dos poetas mais influentes que já escreveram em língua espanhola. Pela primeira vez, as pessoas no mundo de língua espanhola, incluindo a Espanha, reconheceram um poeta hispano-americano como o grande mestre cuja visão e estilo definiram a mais alta expressão artística de sua civilização.

Esses escritores eram homens excepcionais cujas histórias não são típicas. Mesmo assim, como parte de um lento e regular processo que ocorria por toda a América Latina, mestiços talentosos estavam aderindo às classe médias, encontrando mais oportunidades e menos preconceito do que os negros que ascendiam socialmente nos Estados Unidos. Na virada do século, a classe média mexicana tornara-se notadamente mestiça, e muitos outros países chegavam perto.

Somente em meados do século XX a maioria dos países da região se tornaria predominantemente urbana. Até 1930, a balança da população e do poder ficava no campo, cujos proprietários de terras controlavam não apenas a riqueza nacional, mas também o sistema eleitoral. Esse fenômeno — pelo qual um proprietário rural do Chile, do Brasil ou praticamente qualquer lugar da América Latina levava seus clientes às urnas no dia da eleição para “votar nele” — constituía a espinha dorsal de todos os governos fortes da região. Tais “eleições manipuladas” eram essenciais para o sistema político do neocolonialismo. Nesse ponto, os liberais no poder realmente não mereciam esse nome.

GOVERNO AUTORITÁRIO: OLIGARQUIAS E DITADURAS

Algo curioso aconteceu com os liberais da América Latina durante sua grande reparação das décadas de 1860 e 1870. Uma vez no poder, eles esqueceram as liberdades políticas que haviam exigido sob os caudilhos conservadores. Em seu pensamento, a democracia tornava-se agora secundária ao Progresso material associado ao crescimento das exportações. O crescimento econômico exigia ferrovias e culturas de exporta-

ção, e para obtê-las você precisava de lei e ordem: um governo firme e qualificado, não uma política de massa, mas um governo “científico” dos supostamente “melhores e mais brilhantes” da nação, que correspondiam, na maioria dos casos, aos mais ricos e mais brancos. A filosofia que justificava esse governo era o positivismo, uma doutrina social francesa que prescrevia o remédio autoritário para alcançar ordem e progresso e transformava as normas europeias em padrões universais. A nova república brasileira colocou o lema positivista “Ordem e Progresso” na bandeira nacional na década de 1890.

O governo tornou-se mais ordeiro. O aumento dos lucros do surto de exportações fez crescer as receitas dos governos com os impostos sobre importações e exportações. Exércitos nacionais e forças de polícia receberam armamentos modernos e um novo nível de treinamento, à medida que um país após o outro convidava conselheiros militares europeus. Agora os presidentes nacionais dispunham de muito mais poder de fogo do que qualquer caudilho regional. Ferrovias e telégrafos aceleravam a mobilização de tropas para sufocar rebeliões. As guerras civis tornaram-se menos frequentes, pois as famílias da elite estavam ocupadas com o surto das exportações. O aumento das receitas governamentais proporcionou à classe média novas oportunidades de emprego nas burocracias e escolas em expansão. A maior estabilidade e prosperidade atraíam mais investimentos do exterior, intensificando o comércio, e o ciclo se repetia. Na maioria dos países da América Latina, revoluções frequentes tornaram-se coisa do passado por volta de 1900. Pelo contrário, governos autoritários estáveis caracterizaram o período neocolonial.

E quanto àqueles — a grande maioria — deixados de fora da euforia? O progresso tinha pouca atração para eles, chegando a prejudicá-los muitas vezes; portanto, por que haveriam de aderir? Quase sempre, a maioria tinha pouca voz ativa. A influência política da maioria rural era limitada pelas exigências de renda e capacidade de ler e escrever para votar — e limitada ainda mais pela prática das eleições manipuladas. Os governos autoritários da América Latina neocolonial transformaram a manipulação eleitoral em uma forma de arte.

As eleições manipuladas constituíam um cabo-de-guerra entre redes de clientelismo rivais, um teste de força em vários níveis. No nível administrativo nacional, aqueles no poder nomeavam funcionários eleitorais favoráveis ao seu partido. Essa prática viciava radicalmente a eleição desde o início, mas não determinava totalmente o resultado. No nível local, a eleição ainda era uma competição “vale tudo” entre facções que tentavam depositar tantas cédulas quantas possíveis — por pessoa —

enquanto impediam o outro lado de fazer o mesmo. O interior, onde grandes proprietários rurais controlavam os votos e o poder de luta de muitos clientes, constituía o hábitat natural das eleições manipuladas. Enquanto durou o grande surto das exportações, a maioria dos governos neocoloniais teve o apoio sólido dos proprietários rurais, resultando em maiorias eleitorais confiáveis. Os juízes e as autoridades locais que administravam o processo também influenciavam o cômputo final. Ele mantinham as listas eleitorais e podiam interditar os clientes de seu oponente (“Desculpe, senhor, mas seu nome não está na lista”) enquanto permitiam mesmo votos dúbios para o candidato “certo”.

Todos sabiam da fraude. Jornais e representantes da oposição costumavam denunciá-la. Mas muitos sistemas eleitorais latino-americanos haviam sido sutilmente modificados para facilitar a “manipulação” do alto, sendo, portanto, muito difícil impedi-la. Em geral, as pessoas toleravam a fraude e aprendiam a conviver com ela, passando a ver as eleições manipuladas como normais.

Após 1880, governos autoritários preservaram as formas republicanas, funcionando na verdade como ditaduras ou oligarquias. As oligarquias (do grego, significando “governo de poucas pessoas”) representavam uma classe dirigente reduzida. Dentro das oligarquias, as eleições serviam para medir a força das redes de clientes. Mesmo quando não eram depositadas livremente ou contadas honestamente, as cédulas eleitorais ainda mostravam quem controlava o quê, e onde — informações que ajudavam a negociar o compartilhamento do poder oligárquico. As ditaduras, por outro lado, centravam-se em um indivíduo todo-poderoso. Os ditadores podiam promover eleições puramente pela aura de legitimidade ou para impressionar seus aliados estrangeiros. Com o apoio dos proprietários rurais e uma boa exibição de legitimidade institucional, mais as lucrativas receitas da alfândega e uma ostentação de tecnologia militar moderna, os governos neocoloniais não precisavam de mais nada para governar — exceto, é claro, boas relações com a Europa e/ou os Estados Unidos.

Essa estrutura de poder básica facilitou meio século de transformação econômica que beneficiou um quarto da população à custa de todos os outros. As oligarquias e ditaduras proporcionavam *estabilidade*, sempre a virtude mais desejada pelos investidores estrangeiros. Foi essa virtude que um antigo Secretário de Estado norte-americano teve em mente quando, em um momento de ardor diplomático, chamou o ditador mexicano Porfirio Díaz de “um dos maiores homens, digno de ser venerado como herói pela humanidade”.

O governo de Porfirio Díaz (1876-1911), denominado o “Porfiriato”, foi o ápice das ditaduras neocoloniais da América Latina. Díaz manteve as aparências constitucionais, mas somente seus candidatos conseguiam ganhar eleições. Ele também possuía um círculo de conselheiros tecnocratas embebidos da “ciência” positivista de governo: os Científicos, como eram chamados. O valor do comércio de importação/exportação do México aumentou umas dez vezes durante o Porfiriato e Díaz usou as novas receitas para fortalecer o Estado mexicano. Ele refreou os caudilhos regionais esmagando-os ou comprando-os. Gerou empregos públicos para a classe média urbana, aumentando muito a burocracia. Díaz oferecia apenas duas alternativas: *pan o palo*, ou seja, “pão ou pau”. Por exemplo, ele subsidiava a imprensa para mantê-la favorável, depois prendia jornalistas que o criticassem. O México adquiriu um sistema ferroviário nacional e sua capital, graciosas avenidas cheias de monumentos. Mas com a aproximação do centenário da sublevação de Hidalgo de 1810, a polícia da Cidade do México recebeu ordens de expulsar os indígenas do centro da cidade, para que os visitantes estrangeiros não obtivessem “uma impressão falsa” do México.

O interessante é que o próprio Díaz era em parte mixteca. Ele era um homem do Sul fortemente indígena, um autêntico herói de guerra que subiu na hierarquia militar na luta contra os franceses. Díaz celebrizou-se ao derrotá-los em 5 de maio de 1862, data memorável na história mexicana. À semelhança de Benito Juárez, as raízes indígenas de Díaz, embora realçassem sua imagem popular como líder nacional, não o tornaram, de maneira alguma, um defensor das identidades indígenas.

No interior, Díaz fundou os famosos *rurales* (uma polícia montada nacional) a fim de assegurar um ambiente de confiança para os investidores. Ele também supervisionou uma venda maciça de terras públicas, a maioria indo parar nas mãos de especuladores e outros já detentores de grandes propriedades. Quase todas as terras que restavam para os aldeões indígenas passaram para o controle de empresas de agrimensura. Díaz acolheu investimentos estrangeiros no solo mexicano e os estrangeiros logo detiveram cerca de um quarto dele, além da prata e do petróleo no subsolo. O petróleo jorrava de poços recém-abertos na costa do Golfo do México. O champanhe jorrava, também, nas taças, erguidas para brindar o exemplar presidente do México neocolonial com efusivos elogios em vários sotaques estrangeiros. Mesmo assim, Díaz sabia que a influência externa era uma faca de dois gumes. “Pobre México”, ele agradejava, “tão longe de Deus, tão próximo dos Estados Unidos.”

Com exceção do champanhe e das eleições manipuladas, o governo do Brasil neocolonial foi um caso bem diferente. Altamente descentrali-

zado, exemplificava as possibilidades do governo oligárquico, enquanto oposto ao ditatorial. Com a queda do imperador, como famílias de proprietários rurais dispersas conseguiam controlar o vasto território brasileiro? A Primeira República brasileira (1889-1930) foi uma federação altamente descentralizada com um governo central fraco. Seu primeiro princípio, contrastando marcadamente com o Porfiriato, era a autonomia local para cada oligarquia rural. Criadores de gado, plantadores de café e açúcar, barões do cacau e da borracha de uma ponta à outra do Brasil manipulavam as eleições locais a bel-prazer. Diferentes oligarquias regionais negociavam o controle de cada estado brasileiro. De forma importante, a nova estrutura federal permitia que cada estado mantivesse suas próprias receitas de exportação. Na verdade, os governadores dos estados decidiam em conjunto quem seria o presidente. Os dois estados mais poderosos — São Paulo e Minas Gerais, os maiores produtores de café — negociavam entre si o revezamento da presidência.

Como as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais visavam acima de tudo a autonomia — na prática, já dispunham dela —, os presidentes federais quase não agiam. Os republicanos liberalizaram a economia, por assim dizer, e depois não interferiram. Uma iniciativa do governo neocolonial brasileiro é uma exceção que prova a regra. Em 1906, o governo federal brasileiro passou a comprar e estocar milhões de toneladas do café excedente para impedir que a superprodução derrubasse o preço. Com isso, os plantadores de café que controlavam o governo central valiam-se dos recursos federais escassos para promover interesses próprios. Enormes pilhas de café foram queimadas quando o sistema enfim desmoronou.

Nesse ínterim, o Nordeste brasileiro forneceu vários exemplos da resistência irada ao Progresso liberal. Em 1874-1875, camponeses protestaram nos mercados contra a imposição do sistema métrico decimal de pesos e medidas. Eles estavam certos de que seriam lesados pelo novo sistema. As multidões exaltadas queimaram os registros e arquivos oficiais usados pelos advogados para expulsar da terra as famílias sem escritura. Na década de 1890, bandidos com fama de Robin Hood, habitantes do árido sertão, tornaram-se heróis populares e temas de baladas no Nordeste brasileiro. Essa região paupérrima também tinha uma tradição de pregadores errantes que consertavam igrejas quebradas, reviviam o ardor religioso tradicional e ocasionalmente adquiriam a fama de milagreiros. Entre 1893 e 1897, milhares de crentes fervorosos se reuniram em torno de Antônio Conselheiro, que pregava contra o materialismo moderno e a república “atéia”. Com velocidade espantosa, Canu-

dos, a base do Conselheiro no sertão baiano, tornou-se a segunda maior aglomeração humana do estado, superada apenas pela capital. Horrificado ante o espectro de um profeta fanático — a antítese do Progresso —, o governo federal brasileiro enviou uma expedição militar após a outra contra a “cidade santa” do Conselheiro, Canudos, aniquilando-a junto com a maioria dos habitantes, pelo menos dez mil. Ali, segundo *Os Sertões* (1902), o famoso relato do evento por um engenheiro militar e escritor brilhante, Euclides da Cunha, travou-se mais uma batalha renhida entre a civilização (defendida pelo exército moderno, um reduto de positivistas brasileiros) e o barbarismo (representado pelo Conselheiro e seus devotos seguidores).

As forças confiantes do Progresso esmagaram implacavelmente Canudos, assim como, naqueles mesmos anos, liquidaram enfim o povo *cruzob* da cruz falante, do Yucatán (1901). Opor-se ao Progresso e à Civilização constituía loucura, pensava Euclides da Cunha, embora também admirasse a espetacular resistência dos sertanejos aos repetidos ataques do exército brasileiro. *Os Sertões* tornou-se um grande clássico da literatura brasileira e lembra um pouco o *Facundo* de Sarmiento (que contava histórias maravilhosas dos gaúchos, enquanto os condenava à extinção). O Progresso representava o destino, puro e simples, uma idéia que Euclides da Cunha compartilhava com a maioria dos ocidentais educados em torno de 1900. O pensamento neocolonial, como a economia neocolonial, caracterizava-se por seus vínculos com coisas externas à América Latina.

VÍNCULOS COM O MUNDO EXTERNO

Claro que a influência de exemplos externos nem sempre foi negativa. As mulheres latino-americanas que lutaram pelo direito ao voto nas décadas de 1910 e 1920 inspiravam-se claramente nos exemplos da Europa e dos Estados Unidos. Os movimentos feministas modernos surgiram em cidades com influências externas mais fortes. Já nas cidades provinciais e aldeias, o patriarcado e o velho código de honra permaneceram inalterados. Influências internacionais são evidentes nas vidas das líderes feministas, muitas delas com sobrenomes nem espanhóis, nem portugueses: Gucovski, Scheiner, Laperriere, Moreau — todas elas da Argentina.

Ou tomemos Paulina Luisi, a primeira mulher uruguaia formada em medicina (1909). Seu nome italiano era típico da população de Montevideu rica em imigrantes. Em 1906, ainda estudante, a provocadora Luisi foi tachada de anarquista ao defender a adoção de um livro-texto fran-

cês de educação sexual. Apesar da controvérsia, ela despertava respeito e logo estava representando o Uruguai em conferências femininas internacionais e viajando com frequência para a Europa. Em 1919, iniciou a luta pelo direito ao voto das mulheres no Uruguai. Sua habilidade política transpareceu quando ela foi entrevistada sobre essa questão e expôs sua perspectiva feminista enquanto tricotava discretamente. Em 1922, tornou-se uma vice-presidente honorária da Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada nos Estados Unidos, e orientou a principal feminista brasileira, uma mulher bem mais jovem chamada Berta Lutz.

O pai de Berta Lutz era suíço-brasileiro e sua mãe, inglesa. Ela gostava de investigar e capturar sapos, tornando-se uma bióloga, algo impensável para uma mulher brasileira da época de sua mãe. Ela cresceu em São Paulo, o dinamismo progressista do Brasil, mas deixou a cidade ainda jovem para estudar sete anos na Europa. Retornando ao Brasil em 1918, publicou um brado de guerra feminista. As mulheres brasileiras estavam “bem defasadas” em relação às européias e às norte-americanas, escreveu. Dada uma chance, elas poderiam se tornar “instrumentos valiosos do progresso do Brasil”. Lutz também participou da Conferência Pan-Americana de Mulheres de 1922, onde tornou-se grande amiga da feminista norte-americana pioneira Carrie Chapman Catt. Na verdade, foi durante uma visita a Catt, após a conferência de Baltimore, que Lutz esboçou a constituição para a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Graças a Lutz e sua organização, as mulheres brasileiras adquiriram o direito ao voto em 1932 (antes das mulheres uruguaias, argentinas e da maioria dos outros países).

Poucos atualmente questionariam a influência positiva do feminismo internacional sobre Paulina Luisi ou Berta Lutz. Na verdade, a intensa influência externa agora denominada neocolonialismo raramente era vista como prejudicial durante seu apogeu. A poderosa onda de Progresso parecia “universal”. Os liberais acreditavam que o Progresso baseava-se na Europa tão-somente porque começara na Europa e, depois, se espalhara pelo resto do mundo. Era difícil se libertar dessa idéia. Assim, na ideologia e nos valores, assim como no comércio e nas finanças, o neocolonialismo significou a absorção da América Latina por um sistema internacional dominado pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos. Foi ali, no atrito com poderosos forasteiros, que os latino-americanos começaram a sentir o *colonial* do neocolonialismo.

Até o final do século XIX, a Grã-Bretanha definitivamente tinha o domínio internacional sobre a América Latina. O poder britânico pairava sobre a América Latina desde a derrota da Espanha e de Portugal, na

década de 1820. Mas apesar do poder naval avassalador da Grã-Bretanha por quase um século, as ações militares britânicas na América Latina foram raras. A Argentina foi a maior vítima, como durante a época da independência. Apenas a captura britânica de algumas ilhas frias e solitárias no Atlântico Sul — as Malvinas em espanhol, as Falklands em inglês — teve conseqüências duradouras. A Grã-Bretanha pouco necessitava de colônias latino-americanas. Ela controlava territórios suficientes em outras partes: África do Sul, Índia, Austrália, Canadá e Jamaica, para mencionar apenas algumas das áreas então sob o domínio britânico. (Já a expansão comercial e financeira britânica na América Latina foi implacável. Em 1914, quando os investimentos e empréstimos estrangeiros na América Latina totalizavam perto de US\$10 bilhões, mais de metade pertencia à Grã-Bretanha) com os investidores norte-americanos e franceses em distantes segundo e terceiro lugares. Os diplomatas britânicos eram brandos comparados com seus colegas franceses e norte-americanos, porque as libras esterlinas falavam por si mesmas.

A influência ideológica da Grã-Bretanha também era sutil, mas poderosa. Sem dúvida, a Grã-Bretanha era um centro do Progresso e da Civilização que tanto fascinavam os liberais latino-americanos. Enquanto a França permanecia no ideal latino-americano de cultura literária e artística, e Paris a Meca da moda para mulheres “respeitáveis” das classes média e alta, a Grã-Bretanha era imitada na economia e na política. Os Partidos Liberal e Conservador do Parlamento britânico, por exemplo, serviam de modelo para a maioria dos sistemas partidários latino-americanos. Enquanto damas elegantes voltavam-se para a moda francesa, cavaleiros “respeitáveis” adotavam estilos britânicos. Ternos de lã escuros adequados à fria e enevoada Grã-Bretanha tornavam-se torturantes nos trópicos, mas eram usados assim mesmo pelos homens na moda, um indicador de sua devoção pelo modelo europeu.

A influência norte-americana na América Latina começou a superar a influência britânica somente na década de 1890. Confessadamente, os Estados Unidos invadiram e desmembraram o México na década de 1840, e vários presidentes e secretários de Estado norte-americanos cobiçaram as ilhas caribenhas. Mas as energias capitalistas dos Estados Unidos em industrialização, construtores de ferrovias, lutadores da Guerra da Secessão e conquistadores do Oeste voltaram-se sobretudo para dentro, até que, na década de 1890, as regiões inexploradas oficialmente acabaram e o país sofreu a pior depressão em cem anos de história (mais tarde ofuscada somente pela Grande Depressão da década de 1930). De acordo com o pensamento convencional, as fábricas norte-americanas ha-

viam ultrapassado a demanda interna por produtos norte-americanos, saturando o mercado. Como a Grã-Bretanha mais no início do século XIX, os Estados Unidos teriam agora de exportar produtos manufaturados para preservar a saúde industrial em casa. A Associação Nacional de Fabricantes norte-americana foi formada para procurar mercados externos, em especial na América Latina e na Ásia. Na mesma época, alguns norte-americanos preconizaram a expansão militar. Grã-Bretanha, França e vários outros países europeus, bem como Rússia e Japão, haviam recentemente adquirido colônias na África e na Ásia. Essas colônias forneciam matérias-primas e mercados cativos para os concorrentes dos Estados Unidos, cujo “quintal” na América Latina era o lugar natural para adquirirem colônias próprias, advertiam os imperialistas norte-americanos. Também na década de 1890, o estrategista naval norte-americano Alfred Thayer Mahan escreveu textos influentes sobre a necessidade de uma marinha poderosa e um canal transoceânico ligando o Atlântico ao Pacífico. Na campanha presidencial norte-americana de 1896, o Partido Republicano defendeu esse canal, a anexação das ilhas do Havaí (estrategicamente situadas no meio do Pacífico) e a intervenção em Cuba (onde patriotas lutavam contra a Espanha pela independência).

Em 1898, os Estados Unidos declararam guerra à Espanha e invadiram Porto Rico e Cuba, bem como as ilhas Filipinas, outra colônia espanhola. A guerra durou apenas poucas semanas, em parte porque anos de rebelião patriótica em Cuba e nas Filipinas enfraqueceram as decrépitas forças da Espanha. A rebelião cubana fora organizada por exilados cubanos em Nova York e coincidiu com uma prolongada guerra de circulação entre dois grandes jornais nova-iorquinos. Esses jornais deram origem ao termo “jornalismo marrom” publicando matérias sensacionalistas de atrocidades espanholas para aumentar as vendas. A opinião pública norte-americana defendeu o “resgate” de Cuba da tirania espanhola. Mas o resultado da guerra beneficiou os interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos, e não os das pessoas “resgatadas”. Os Estados Unidos confiscaram essas ilhas da Espanha e trataram os patriotas cubanos e filipinos como bandidos. Cuba permaneceu um protetorado dos Estados Unidos por 35 anos. Segundo uma condição específica, a Emenda Platt, acrescentada à constituição cubana, fuzileiros navais norte-americanos poderiam intervir em Cuba sempre que o governo norte-americano julgasse necessário. Os filipinos, vistos como o portão comercial para a Ásia, foram governados diretamente pelos Estados Unidos até a década de 1940. As ilhas do Havaí também foram ane-

xadas pelos Estados Unidos em 1898. Somente elas e Porto Rico foram colonizados permanentemente pelos Estados Unidos. Porém, essa “esplêndida guerrinha”, nas palavras do Secretário de Estado, projetou permanentemente o poder militar norte-americano na bacia caribenha.

Um futuro presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, adourou a guerra. Sua unidade especial de cavalaria, a “Rough Riders”, impulsionou a carreira política de Roosevelt. Um admirador de Alfred Thayer Mahan, Roosevelt fora Secretário da Marinha na década de 1890. Como presidente, em 1903, adquiriu uma base norte-americana e o direito de construir e controlar um canal, no Panamá. Mas sua ousadia ofendeu muitos latino-americanos simpáticos aos Estados Unidos. Até então, o Panamá fizera parte da Colômbia. Para concretizar a visão de Mahan, Roosevelt ajudou a separar o Panamá da Colômbia para, apenas poucos dias depois, adquirir do novo governo panamenho o direito ao canal. Esse negócio duvidoso, pelo qual o Congresso norte-americano mais tarde pediu desculpas, foi conduzido sem a presença de nenhum panamenho nativo. Roosevelt não se preocupou muito com essa arrogância. Para ele, os latino-americanos, que ele costumava chamar de *dagos* (termo pejorativo para estrangeiros de origem latina), não mereciam a consideração devida aos semelhantes.

As atitudes racistas de Teddy Roosevelt tampouco eram incomuns. Na verdade, as atitudes norte-americanas básicas para com os povos da América Latina estavam eivadas de preconceito. Quando os soldados norte-americanos desprezaram as reivindicações mexicanas ao oeste da América do Norte, no século XIX, muitos norte-americanos viram os triunfos de seu país como predeterminados pela superioridade racial e cultural. No início do século XX, tendo afirmado o poder militar no México, América Central e bacia do Caribe em geral, os Estados Unidos gradualmente acabaram com o antigo domínio britânico no comércio e diplomacia latino-americanos. Essa mudança da guarda foi completada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com seu devastador custo para a Grã-Bretanha. A hegemonia internacional dos Estados Unidos expandiu-se pela América do Sul na década de 1920. A distante Argentina permaneceu, por alguns anos, o último bastião da influência britânica no continente.

Diplomatas e homens de negócios norte-americanos, sem falar nos missionários, tinham uma abordagem mais devota do que seus colegas britânicos, mas a visão geral era semelhante. Rudyard Kipling, um respeitado escritor britânico da época, conclamou os Estados Unidos a “aceitarem o ônus do homem branco” de “civilizar” os não-europeus duran-

te sua expansão pós-1898. Os diplomatas norte-americanos assumiram precisamente esse papel na América Latina. Nos Estados Unidos, visões de um “Destino Manifesto” de irresistível e inevitável expansão norte-americana na América Latina haviam mexido com as imaginações de algumas pessoas por gerações. “O mexicano é um aborígene indígena e ele precisa compartilhar o destino de sua raça”, proclamou um senador norte-americano na década de 1840. Idéias sobre a inferioridade racial dos latino-americanos indígenas, mestiços e negros combinaram-se aos velhos preconceitos protestantes contra a Espanha católica. “Esta poderosa raça [branca norte-americana] descerá pela América Central e do Sul”, escreveu o visionário protestante norte-americano Reverendo Josiah Strong, cujas idéias da supremacia branca não eram incomuns. Segundo o senador Alfred J. Beveridge, um artífice-chave da política externa norte-americana, “Deus marcou o povo norte-americano como sua nação escolhida para finalmente levar à regeneração do mundo”. Os imperialistas haviam sido sempre mais pragmáticos e menos pregadores.

A sensação de superioridade norte-americana tornou-se dupla em relação ao seu “quintal”. Desde 1823, como deve se lembrar o leitor, diplomatas norte-americanos haviam proclamado o hemisfério ocidental inacessível às potências externas. A Doutrina Monroe limitou-se praticamente à retórica durante meio século. Mesmo assim, junto com uma atitude superior, a idéia de que as Américas do Norte e do Sul compartilham uma relação especial tornou-se um pressuposto permanente da política norte-americana em relação à América Latina. Em 1905, Theodore Roosevelt dotou a Doutrina Monroe de um corolário. O Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe tornava os fuzileiros navais norte-americanos uma espécie de força policial hemisférica para impedir a intervenção militar européia na América Latina. As potências européias haviam repetidamente recorrido à diplomacia da canhoneira para obrigar o pagamento de dívidas. Roosevelt achava que o governo norte-americano não deveria mais tolerar as intervenções européias. Contudo, ele acreditava que governos latino-americanos incompetentes precisariam ocasionalmente de punição “por alguma nação civilizada”. Durante esses mesmos anos, cartuns em jornais norte-americanos mostravam o Tio Sam lidando com Cuba, Porto Rico, Nicarágua e outros países, caricaturados como “pequenos Sambos negros” desobedientes. Tio Sam às vezes assumia o aspecto de um professor severo, mas benevolente, relutantemente chicoteando esses travessos infantis. De forma semelhante, sob o Corolário Roosevelt, tornou-se política norte-americana disciplinar militarmente países latino-americanos quando “exigido” pelo comércio e fi-

nanças internacionais. E essa exigência tornou-se bem freqüente. No final do período neocolonial, em 1929, quarenta por cento dos investimentos norte-americanos no exterior concentravam-se na América Latina.

Enquanto isso, diplomatas norte-americanos haviam criado a União Pan-Americana, uma organização baseada no ideal do livre comércio — e na realidade da desigualdade neocolonial — entre os países. A União Pan-Americana compunha-se inicialmente de embaixadores latino-americanos nos Estados Unidos reunidos como um corpo hemisférico sediado em Washington, D.C., encabeçado pelo Secretário de Estado norte-americano. Em conferências pan-americanas periódicas, secretários de Estado norte-americanos promoviam o comércio, enquanto os representantes latino-americanos expressavam a desaprovação às intervenções norte-americanas na região. Seus protestos unânimes chegaram ao ponto máximo na Conferência de Havana de 1928.

Naquela época, não faltavam aos diplomatas latino-americanos motivos para protestar. Além das intervenções em Porto Rico, Cuba e Panamá, já descritas, os soldados norte-americanos haviam ocupado a Nicarágua (1912-1933), o Haiti (1915-1934) e a República Dominicana (1916-1924). Às vezes, como na República Dominicana, tratou-se (predominantemente) de operações pacíficas de cobrança de dívidas que incluíam certo “trabalho de polícia sujo”, mas também projetos de saúde pública e saneamento. Às vezes, como na Nicarágua, foram intervenções militares mais violentas. No final da década de 1920, fuzileiros navais norte-americanos travavam uma guerra quente contra os guerrilheiros patriotas nicaraguenses. O líder dos guerrilheiros, César Augusto Sandino, acusou os Estados Unidos de “imperialismo”. Ele se tornou um herói para muitos latino-americanos (como Fidel Castro mais tarde) precisamente por resistir aos Estados Unidos. Várias intervenções norte-americanas instalaram líderes que se tornaram ditadores por longos períodos, tiranetes corruptos, famosos pela cobiça e obediência à política norte-americana.

Chocados com a tomada norte-americana de Cuba e Porto Rico, os maiores escritores da América Latina começaram a protestar. Rubén Darío enfureceu-se poeticamente com o “Ímpio” Roosevelt. O poeta cubano José Martí começou um movimento literário em defesa de “Nuestra América”, que não incluía os Estados Unidos. O maior herói patriota de Cuba, Martí — denominado “o Apóstolo” da independência cubana — começou a luta contra o colonialismo espanhol ainda jovem. Exilado de Cuba aos dezesseis anos, dedicou a vida à causa de “Cuba Libre”. Editou uma revista no México e lecionou na Universidade da Guatemala.

De 1881 a 1895, escreveu e trabalhou para a causa patriota cubana em Nova York, enquanto cobria os Estados Unidos para jornais latino-americanos até da distante Buenos Aires. Martí conheceu os Estados Unidos de perto, mas o alerta mais influente contra os Estados Unidos veio de longe: do ensaísta uruguaio José Enrique Rodó, cujo livro *Ariel* (1900) inspirou toda uma geração de professores e intelectuais latino-americanos. Assim como Martí, Rodó respeitava os Estados Unidos, mas achava estranho seus valores utilitários. Rodó acusou a cultura norte-americana de materialismo obtuso e desafiou os latino-americanos a cultivarem coisas mais refinadas, personificadas pelo espírito Ariel. Em outras palavras, no início do século XX, algumas vozes respeitadas haviam começado a questionar o modelo norte-americano/europeu de Progresso.

Uma tarefa bem difícil. O cinema, com suas cenas anunciando uma nova era, associaria a imaginação latino-americana à Europa e aos Estados Unidos mais firmemente do que nunca. O cinema chegou à América Latina na década de 1890, com pequena defasagem. Por exemplo, em 1902, seis anos após representantes dos pioneiros irmãos Lumière mostrarem a Porfirio Díaz suas imagens tremulantes de Paris, o México já contava com duzentas salas de cinema. Apesar de algumas inovações prematuras, como o primeiro desenho animado do mundo, produzido na Argentina, as telas de cinema latino-americanas logo sucumbiram à invasão cinematográfica dos Estados Unidos que se estenderia século XX adentro. A principal vantagem norte-americana era — e permaneceria — seu enorme mercado doméstico. Hollywood tinha acesso privilegiado à metade das telas de cinema do mundo, localizadas nos Estados Unidos. Hollywood logo dominou a mais cara forma de arte do mundo porque podia pagar os maiores valores de produção e os astros mais glamourosos. Logo Hollywood passou a definir o que as pessoas esperavam de um filme. Como em outros aspectos, a influência norte-americana aumentou, enquanto a Europa perdeu terreno durante a Primeira Guerra Mundial. Após a guerra, 95 por cento dos filmes vistos pelo público latino-americano vinham de Hollywood.

(Na década de 1920, as advertências de Darío, Martí e Rodó contra a influência norte-americana haviam repercutido. Sandino e sua luta contra os fuzileiros navais norte-americanos eram amplamente admirados pelos latino-americanos, e uma onda de nacionalismo emergiu em um país após o outro. Os sentimentos nacionalistas não se ajustavam ao molde neocolonial e geraram energias políticas capazes de rompê-lo. As limitações do molde tornavam-se desagradavelmente evidentes. Embora a

América Latina neocolonial *crecesse* economicamente, *desenvolvera-se* muito menos. A agricultura de exportação florescera por meio século, mas ainda faltava a indústria. Proprietários de terras, investidores estrangeiros e as classes médias geralmente lucraram, mas muitos latino-americanos comuns, em especial a população rural, sofreram um declínio no padrão de vida. Os governos tornaram-se mais estáveis, mas raramente mais democráticos. Muitos pareciam totalmente servis, primeiro à Grã-Bretanha, depois aos Estados Unidos.

(Até que o molde neocolonial viu-se totalmente abalado por um evento internacional de impacto semelhante ao das Guerras Napoleônicas. A Bolsa de Valores de Nova York implodiu em 1929, o sistema internacional de comércio e finanças desmoronou diante de todos e o mundo resvalou gradualmente em duas décadas tempestuosas de Depressão e guerra. A demanda pelos produtos de exportação latino-americanos despencou. Do México ao Brasil e à Argentina, a importação do Progresso paralisou. Os apoios externos do neocolonialismo haviam desaparecido e seus apoios internos logo desmoronariam, à medida que nacionalistas derrubaram oligarquias e ditadores liberais do rio Grande à Terra do Fogo.)

CONTRACORRENTES:

Nova Imigração na América Latina



Conventillo de Buenos Aires. Cortesia do Arquivo Nacional de Buenos Aires.

O período de 1870 a 1930 viu uma parte da América Latina totalmente transformada por uma nova espécie de imigração, mais ou menos equivalente, no tamanho e no impacto, à imigração forçada anterior de africanos escravizados. A nova imigração foi principalmente um movimento de massa de trabalhadores do sul da Europa, desalojados por mudanças econômicas em casa, em busca de uma vida melhor no Novo Mundo. Esse fluxo de imigrantes compara-se com a imigração semelhante para os Estados Unidos, que teve seu auge nos anos antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A nova imigração deu à Argentina, Uruguai e sul do Brasil uma identidade separada como as sociedades mais europeizadas do continente.

País de Origem	Milhões de Imigrantes
Itália	4,2
Espanha	3,0
Portugal	1,2
Alemanha	0,3
França	0,3
Rússia	0,3

Magnus Mörner, *Adventures and Proletarians: The Story of Migrants in Latin America* (Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press, 1985), p. 50.

Os países do Cone Sul (aqueles já mencionados, mais o Chile) receberam nove décimos dos imigrantes europeus. Por quê? Esses imigrantes, embora no final fossem parar em cidades como Buenos Aires ou São Paulo, geralmente se imaginavam primeiro na agricultura. Ambientes tropicais estranhos — afinal, a maior parte da América Latina é tropical — não os atraíam como agricultores. As terras do Cone Sul, por outro lado, permitiriam o cultivo de gêneros europeus como trigo e uvas. Além disso, como trabalhadores agrícolas, os imigrantes europeus tinham boas razões para temer os sistemas latino-americanos da escravidão e da servidão para pagar dívidas, e o extremo sul do continente estava relativamente livre deles. Sem uma população indígena plenamente sedentária e uma cultura rentável, essas terras esparsamente ocupadas do Cone Sul haviam escapado dos piores legados da exploração colonial. Agora, graças aos novos imigrantes, essas partes mais pobres dos antigos impérios ibéricos se tornariam a parte mais rica da América Latina no século XX.

A Argentina foi o principal destino. Durante esses anos, mais de cinco milhões de imigrantes europeus foram despejados nas férteis províncias em torno de Buenos Aires. A cidade tornou-se uma versão sul-americana de Chicago, metade da população composta de imigrantes europeus em 1914. Naquele ano, 30 por cento da população argentina nascera no estrangeiro, com predomínio de italianos e espanhóis, mas também irlandeses e judeus (da Rússia e Europa oriental), alemães, austríacos, franceses, ingleses e suíços. Os recém-chegados na cidade costumavam morar em *conventillos*, mansões coloniais decadentes subdivididas em quartos minúsculos. Esses imigrantes não tendiam a formar bairros étnicos, no estilo norte-americano, e os *conventillos* de Buenos Aires abrigavam grupos diversificados. Um historiador social da Argentina descreve um *conventillo* da rua Potosí para o censo no início do século XX:

Os 207 moradores desse *conventillo* enchiam trinta aposentos e ocupavam o mesmo espaço que uma família abastada de dez a quinze membros e cinco a dez empregados teria ocupado. Algumas famílias nucleares viviam em quartos individuais: uma lavadeira espanhola na casa dos sessenta anos com quatro filhos, o mais velho viúvo e morando ali com seu filho de seis anos nascido na Argentina; um sapateiro italiano com sua esposa e três filhos, todos nascidos na Itália; um pedreiro francês com sua esposa francesa (uma lavadeira) e quatro filhos, todos nascidos em Buenos Aires; uma lavadeira espanhola viúva e seus cinco filhos, os três mais velhos nascidos no Uruguai e os dois mais novos, em Buenos Aires. Mais comum era o grupo de homens, alguns solteiros e outros com esposas deixadas na Europa, que haviam se reunido para formar um único quarto.*

Muitos desses imigrantes trabalharam na agricultura, como arrendatários ou meeiros, antes de decidirem que a Buenos Aires metropolitana oferecia melhores oportunidades. No agitado início do século XX, eles estavam se tornando argentinos, dançando o tango e inventando uma gíria ítalo-espanhola denominada *lunfardo*, que passou a ser usada nas letras de tangos, transmitindo um caráter especial à cidade de Buenos Aires e à sua irmã gêmea menor uruguaia, Montevideú.

O sul do Brasil foi o segundo maior destino de imigrantes no período de 1870 a 1930. A região acolheu grande número de imigrantes italianos, muitos portugueses, bem como espanhóis, alemães e judeus europeus orientais. As cidades brasileiras do Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo atraíram fluxos de imigrantes semelhantes aos que chegavam em Buenos Aires e Montevideú. Por outro lado, típica de São Paulo foi a chegada de muitos japoneses. Nas plantações de café da São Paulo rural, fazendeiros italianos chegavam para trabalhar como meeiros; porém, como na Argentina, esses imigrantes logo rumavam para a cidade. Mais ao sul, porém, nos estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — e também no sul do Chile —, os imigrantes receberam terras. Ali, colônias etnicamente definidas emergiram. Os alemães, por exemplo, costumavam manter-se à parte, falando alemão, plantando culturas européias e construindo pequenas colônias de aspecto impecável que preservam a identidade cultural até hoje. Mas apesar de sua singularidade, também esses imigrantes gradualmente se integraram à vida nacional brasileira e chilena.

Outros países latino-americanos receberam um pouco de imigração. O maior fluxo fora do Cone Sul foi a imigração espanhola para Cuba, que continuou enchendo Havana e outras cidades cubanas de balconistas, artesões e trabalhadores espanhóis mesmo após a independência cubana. Enquanto isso, pessoas originárias do Oriente Médio (muitas vezes coletivamente chamadas de “turcos” na gíria latino-americana) possuíam lojas varejistas em todo o continente. Em 2000, três de seus descendentes haviam se tornado presidentes da Argentina, Colômbia e Equador. Um homem de origem japonesa tornara-se presidente do Peru.

*James R. Scobie, *Buenos Aires: Plaza to Suburb, 1870-1910* (Nova York: Oxford University Press, 1974), p. 51.